



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PUBLIQUE-SE E
DISTRIBUA-SE

2010/06/02
RCCorreis

Voto de condenação nº 48/XI

Assalto das forças especiais israelitas à Frota da Liberdade

O assalto de um grupo de comandos da marinha israelita a seis embarcações carregadas com toneladas de ajuda humanitária e cerca de 750 activistas que rumavam em direcção à Faixa de Gaza tentando romper o bloqueio que o Governo de Telavive impôs à região, acabou por resultar na morte de, pelo menos, nove pessoas e em algumas dezenas de feridos.

O Mundo reagiu consternado a esta acção de força de Israel considerando-a “desproporcionada”, “inaceitável”, “chocante” e chegando mesmo ao termo de “tragédia” tal como utilizado pelos Estados Unidos da América para caracterizar o que se passou.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, depois de uma longa reunião, emitiu um texto condenando o assalto à frota humanitária e lamentando a perda de vidas humanas no mesmo. Ao mesmo tempo solicitou a imediata libertação de todos os activistas e embarcações retidas por Israel e pediu uma investigação rápida, imparcial, credível e transparente do incidente. O texto do Conselho de Segurança fez ainda um apelo para que o problema insustentável da vida na Faixa de Gaza seja resolvido através de negociações bilaterais entre as partes envolvidas.

A União Europeia exigiu também a abertura de um inquérito rigoroso às causas deste assalto e o próprio Vaticano veio condenar esta acção militar de Israel considerando-a muito dolorosa devido à perda de vidas humanas.

Uma acção de força, especialmente quando dirigida contra civis, é sempre pior do que uma solução política ou diplomática.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sempre defendemos e continuaremos a defender que a via das negociações é sempre preferível a qualquer acção de força.

Como apoiantes da paz e do respeito pelos Direitos Humanos não podemos deixar de apelar às partes para que encontrem uma via de entendimento que permita uma coexistência pacífica entre Israel e os Estados Árabes e que construa um futuro de paz.

Assim, reafirmamos que o uso da força não pode nunca ser desproporcionado quanto ao perigo e ao grau da agressão pelo que, quando tal acontece, só pode merecer a nossa condenação.

Manifestamos o nosso apoio à Declaração do Conselho de Segurança das Nações Unidas para que proceda a um inquérito imparcial que apure a verdade.

Apelamos a uma resolução pacífica da questão de forma a encontrar uma plataforma de entendimento que dê garantias para o futuro, permitindo consolidar uma coexistência pacífica entre as partes envolvidas no conflito do Médio Oriente

Assembleia da República, 02 de Junho de 2010

Os Deputados,

Luís Melo d'Almeida (CDU)

Luís Melo d'Almeida

Luís Henrique (OSG)

Luís Henrique